

Aconteceu

Escola Pública



EDUCAÇÃO E CONSTITUINTE

LOBBY MILITAR NA CONSTITUINTE

Sempre à paisana, mas em disciplinas duplas, os lobistas militares percorrem as comissões e subcomissões da Constituinte, num paciente trabalho de levantamento das tendências que já começam a aparecer. A mais freqüentada tem sido a Comissão de Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições. Por trás do quilométrico título, o que importa mesmo para os militares é que nesse grupo serão definidas as atribuições das forças armadas daqui por diante. (Ver pág. 4)

1. A educação é direito de todo cidadão, sendo dever do Estado oferecer ensino público, gratuito e laico para todos, em todos os níveis;
2. O governo Federal destinará nunca menos de 13%, e os governos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios aplicarão, no mínimo, 25% de sua receita tributária na manutenção e desenvolvimento do ensino público e gratuito;
3. As verbas públicas destinam-se exclusivamente às escolas públicas, criadas e mantidas pelo governo Federal, pelos Estados, Distrito Federal e Municípios;
4. A democratização da escola em todos os níveis deve ser assegurada quanto ao acesso, permanência e gestão. (Ver pág. 5)

Aconteceu

Nº 407 - Abril/1987

CEDI Centro Ecumênico de Documentação e Informação

Rua Cosme Velho, 98, fundos
Telefone: 205-5197
22241 - Rio de Janeiro - RJ

Av. Higienópolis, 983
Telefone 825-5544
01238 - São Paulo - SP

Conselho de Publicações
Anivaldo Padilha
Ary da Costa Pinto
Carlos Alberto Correia da Cunha
Carlos Alberto Ricardo
Heloisa de Souza Martins
Henrique Pereira Junior
Jether Pereira Ramalho (coordenador)
Jorge Luiz Carrera Jardineiro
Marcus Vinicius Grotti Borges
Neide Esterci
Érgio Allii
/era Maria Masagão Ribeiro

Editor
Jorge Luiz C. Jardineiro

Diagramação e Arte
ARTE GRAPHICA

Preço do exemplar avulso:
Cz\$ 2,00

Aconteceu Semanal

É uma publicação dedicada ao acompanhamento das lutas levadas por diversos setores populares. As notícias da semana estão agrupadas em: *trabalhadores urbanos, trabalhadores rurais, índios, movimentos populares, igrejas, política nacional, notícias internacionais* e outras. Contém também uma seção de *Cartas do Leitor*, onde são divulgadas manifestações, denúncias, atos públicos, etc. Nesta seção os leitores têm um espaço aberto para a divulgação das notícias que não saem na imprensa e outras fontes de informação. O ACONTECEU semanal tem como assinantes lideranças indígenas, sindicatos e demais órgãos de classe, comissões pastorais, comunidades de base, missionários, operários, camponeses e outros. Ideal para quem não tem acesso a jornais diários ou quer conhecer as diversas situações de contato, lutas e reivindicações sociais de todo Brasil.

Assinatura Anual: Cz\$ 60,00 (Brasil);
US\$ 60,00 (América Latina);
US\$ 85 (América do Norte);
US\$ 100,00 (Europa, Ásia e África).
Envie junto com seu pedido um cheque nominal ou vale postal para CEDI-RJ

Assine a Revista

tempo e presença

Publicação mensal do CEDI, com temas da atualidade analisados na perspectiva do ecumenismo comprometido com os movimentos populares.

Assinatura anual: Cz\$ 120,00 Assinatura de apoio: Cz\$ 200,00

Fazendo uma assinatura de apoio
você recebe de brinde
um exemplar dos Cadernos do CEDI.

Nome: _____
Endereço: _____
Cidade: _____ CEP: _____ Est.: _____
Telefone: _____ Profissão: _____ Idade: _____
Faça sua assinatura através de cheque nominal para o CEDI —
Centro Ecumênico de Documentação e Informação — Av.
Higienópolis, 983 — 01238 — São Paulo — SP.

Assine o Boletim

Aconteceu

Publicação semanal com um resumo das principais notícias veiculadas pelos órgãos de imprensa do país.

Assinatura anual Cz\$ 60,00

Nome: _____
Endereço: _____
Cidade: _____ CEP: _____ Est.: _____
Telefone: _____ Profissão: _____ Idade: _____

Faça a sua assinatura através de cheque nominal para o
CEDI — Centro Ecumênico de Documentação e Informação
Rua Cosme Velho, 98 — fundos — CEP 22241
Rio de Janeiro — RJ.

Constituinte

ÍNDIOS QUEREM QUE A NOVA CONSTITUIÇÃO GARANTA SUAS TERRAS

A Assembléia Nacional Constituinte recebeu ontem a proteção dos "bons espíritos" convocados por representantes de diversas tribos indígenas. Os índios foram pedir que a futura Constituição garanta a eles um espaço de terra, onde possam trabalhar para a criação de suas famílias e a defesa de sua cultura. Em cerimônia realizada no prédio do Congresso, os índios dançaram e cantaram "para dar força a Constituinte para ela cumprir seus deveres", conforme explicação do cacique Sapaím. Participaram do ritual e do encontro com os constituintes 180 tribos, representando os 220 mil índios brasileiros. Ao se encontrar com o Líder do PMDB na constituinte, Senador Mário Covas, o índio Augusto, da tribo Xavante, perguntou porque sua raça era tão discriminada. "Temos cabeça, dez dedos e duas pernas como todo mundo, mas não querem nos respeitar como gente", comentou. Covas disse que fará tudo para aprovar o projeto deles. A proposta, assinada pelo Deputado José Carlos Sabóia (PMDB-MA), prevê que as comunidades indígenas terão reconhecidos seus direitos originários sobre as terras que ocupam, sua organização social, seus usos, costumes, línguas e tradições. Além disso, determina que suas terras serão inalienáveis, dando-lhes a posse permanente e reconhecendo o seu direito ao usufruto exclusivo das riquezas naturais, do solo, subsolo, dos cursos fluviais e de todas as utilidades nelas existentes". (O GLOBO - 23/4/87)

CNBB JOGA TUDO PARA QUE CARTA DÊ AO POVO O PESO DE INTERFERIR

Disposta a investir toda a sua influência para inscrever na nova Constituição princípios considerados fundamentais, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil re-

solveu se aliar a outras duas entidades - possivelmente a Ordem dos Advogados do Brasil e a Associação Nacional de Participação Popular na Constituinte - para incluir no texto constitucional dispositivos que permitam a interferência do povo na ordem política, através do Legislativo. Com a decisão da CNBB já firmada pelo plenário pró-participação popular na Constituinte, a partir da próxima semana poderá se concretizar oficialmente a aliança com as duas outras entidades, que colaborarão no trabalho de recolher as 30 mil assinaturas necessárias para encaminhar o texto à Constituinte. O bispo de Bauru, Dom Cândido Padin, presidente da comissão instituída pela CNBB para acompanhar os trabalhos constituintes, informou, ontem, que o texto da emenda pela participação popular será alinhavado neste fim de semana, sob a orientação do jurista Gofredo da Silva Teles. (JJB - 24/4/87)

CONSTITUINTE COMEÇA HOJE A DISCUSSÃO DA NOVA CARTA

Os temas que vão compor a futura Constituição devem começar a ser efetivamente discutidos hoje, dois meses e três semanas após a instalação do Congresso constituinte, a 1º de fevereiro. A maioria das 24 subcomissões em que estão distribuídos os 559 constituintes tem reuniões marcadas para os períodos da manhã e da noite, já que a tarde deve ser ocupada pela sessão plenária. Essas reuniões devem assinalar o início de uma nova fase nos trabalhos, depois da indicação dos relatores e presidentes das subcomissões, há cerca de duas semanas, e dos encontros que giraram em torno do temário dos debates e da montagem do roteiro das atividades. A morosidade nos trabalhos do Congresso constituinte é motivo de muita polêmica. Tem sido criticado o fato de que já foram consumidos oitenta dias sem que temas propriamente constitucionais fossem trazidos à discussão. O presidente da Constituinte, de-

putado Ulysses Guimarães, se defende afirmando que essa demora foi necessária para que fosse estabelecido um Regimento Inter no democrático. No entanto, a prática não tem correspondido às declarações dos líderes partidários no Congresso constituinte. Logo após as eleições do ano passado, o deputado Ulysses Guimarães e o senador

Mário Covas, líder do PMDB, defenderam a realização de sessões até mesmo aos sábados e domingos. Isso só ocorreu uma vez até agora. Foi quando o Congresso se reuniu, em fevereiro, num fim-de-semana, para discutir o projeto de Regimento Inter no. (FSP - 22/4/87)

LOBISTAS A PAISANA

A ação de flanco que os militares desenvolvem junto à Assembléia Constituinte, não deixa margem a dúvidas: se não estão mais formalmente no poder, as forças armadas ainda projetam uma grande sombra sobre a sociedade brasileira. O temor de esquizofrenia da Constituinte e a preocupação com o papel que a constituição reservará aos militares, levaram as forças armadas a mobilizar cerca de trinta oficiais para atuar junto ao Congresso. Com o título de assessores parlamentares, eles funcionam com a desenvoltura dos lobistas.

Sempre à paisana, mas em disciplinadas duplas, os lobistas militares percorrem diariamente as comissões e subcomissões da Constituinte, num paciente trabalho de levantamento das tendências que já começam a aparecer. A mais freqüentada tem sido a Comissão de Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições. Por trás do quilométrico título, o que importa mesmo para os militares é que nesse grupo serão definidas as atribuições das forças armadas daqui por diante. Os militares querem continuar cuidando da segurança interna do país e disso o governo Sarney já cuidou. Precavido, patrocinou os nomes do senador Jarbas Passarinho para presidente da comissão e do deputado Prisco Viana para relator. Passarinho foi três vezes ministro do regime militar e Prisco, ex-pedessista e ex-malufista, é amigo do peito do presidente.

Pilhas de relatórios já foram produzidas pelos lobistas desde que os constituintes tomaram posse. A intenção dos grupos progressistas de trabalharem numa constituinte soberana, por exemplo, foi mote para muito relatório. Esse material é alimento precioso para os ministros militares. Até agora, a radiografia política da Constituinte tem sido muitíssimo bem recebida pelos ministros. Teremos uma constituição com ligeiras pinceladas progressistas, mas será basicamente um texto de centro, prevêem os lobistas. A verdade é que se depender dos militares a futura constituição terá a cara desta que os brasileiros há tanto tempo querem ver morta e enterrada.

Um pequeno livro de 29 páginas editado pelo centro de Comunicação Social do Exército (Cecomsex) e distribuído a todos os 559 constituintes, mostra o que querem as forças armadas. Sob o título "Temas constitucionais - subsídios", a publicação abre baterias para defender tudo aquilo que os militares julgam necessário na constituição. Defende a manutenção do atual papel das forças armadas, condena a criação de um ministério da Defesa, proclama a preservação do conceito de segurança nacional e bombardeia a idéia do serviço militar voluntário. O livreto toca ainda num ponto particularmente sensível para os oficiais brasileiros: o direito de cabos e soldados votarem e serem votados. A pretensão dos cabos e soldados de exercerem seus direitos políticos, é bom lembrar, que foi lenha na fogueira de 1964, e os militares continuam contra a idéia.

"Nós militares", diz o ministro do Exército, Leônidas Pires, no opúsculo do Cecomsex, "nunca fomos intrusos na História do Brasil, mas sim instrumento da vontade nacional". Para os ministros militares, todo este trabalho de fazer a cabeça dos parlamentares é absolutamente legítimo e não significa instrução. Agora é esperar para ver qual será o comportamento dos constituintes e como reagirão os militares se vier uma constituição diferente daquela com que sonham.

(J3 - 26/4/87)

MANIFESTO EM DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA E GRATUITA

Lutamos por uma educação pública, gratuita, crítica, laica, democrática e de qualidade. Se esta é uma luta antiga, hoje mais do que nunca ela é necessária. É uma luta pela transformação da educação que temos.

Os problemas centrais da educação no Brasil são o descompromisso do poder público com a educação e a privatização do ensino, resultando no baixíssimo nível de escolaridade da população. Fugindo à sua responsabilidade social com o ensino e a produção do saber, o governo desenvolve uma política educacional que favorece o empresariamento do ensino, tratado como mercadoria.

Oito milhões de crianças em idade escolar estão fora do sistema educacional. Trinta milhões de brasileiros são analfabetos. São poucos os filhos de trabalhadores que continuam seus estudos além de algumas séries iniciais. O descaso com a educação e o desvio de recursos governamentais para os estabelecimentos particulares vêm prejudicando a qualidade do ensino público, que continua apresentando carências crônicas e dramáticas. Apesar das conquistas dos trabalhadores da educação, seus salários continuam aviltados e as condições de trabalho permanecem precárias.

Defendemos a escola pública e gratuita porque a educação é um direito de todo cidadão. Esta luta passa hoje, principalmente, pela exigência de uma efetiva política de ampliação e fortalecimento de toda a rede oficial de escolas de 1º e 2ºs graus, faculdades e universidades. Os princípios desta política devem estar expressos na Constituição.

Vivemos um momento crucial para a construção da democracia em nosso país. A Constituição que queremos não pode ter como marca fundamental o descompromisso com a maioria da sociedade, com seus anseios de justiça e com suas legítimas aspirações de igualdade e de respeito aos direitos individuais e sociais.

Hoje o Congresso constituinte, apesar das limitações a que está submetido pela vigência da legislação da ditadura militar, inclusive a lei da greve e de segurança nacional, e pelo abuso do poder econômico no processo eleitoral, é, contudo, um importante espaço de luta e conquista social.

Queremos uma educação para todos os brasileiros e mercada pela significativa ampliação do espaço democrático. É preciso que todos tenham acesso à escola. É preciso reverter a saída prematura de tantos alunos do sistema educacional, oferecendo condições para que nele permaneçam por mais tempo e com maior proveito. É preciso que a escola tenha uma gestão democrática. É preciso que a universidade tenha plenamente garantida sua autonomia pedagógica, científica e administrativa.

A educação pela qual lutamos conjuga saber crítico e compromisso com a realidade social e sua transformação. O ensino em todos os níveis deve voltar-se para o desenvolvimento da capacidade de pensar, julgar e agir.

Só a escola pública, gratuita, democrática e de boa qualidade pode cumprir este papel para o conjunto da população.

Só a universidade pública, gratuita, autônoma, democrática e competente pode cumprir seu papel de agente da soberania cultural, científica, artística e tecnológica do país.

Neste momento arregimentam-se as forças privatistas, interessadas em se apropriar de mais verbas públicas do ensino para servir grupos minoritários da população. É chegada a hora de uma grande CAMPANHA NACIONAL EM DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA E GRATUITA PARA TODOS. No interesse da maioria a Constituinte precisa garantir os seguintes princípios básicos:

1. A educação é direito de todo cidadão, sendo dever do Estado oferecer ensino público, gratuito e laico para todos, em todos os níveis;

2. O governo Federal destinará nunca menos de 13%, e os governos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios aplicarão, no mínimo, 25% de sua receita tributária na manutenção e desenvolvimento do ensino público e gratuito;

3. As verbas públicas destinam-se exclusivamente às escolas públicas, criadas e mantidas pelo governo Federal, pelos Estados, Distrito Federal e Municípios;

4. A democratização da escola em todos os níveis deve ser assegurada quanto ao acesso, permanência e gestão.

Conclamamos todos os brasileiros a se manifestarem publicamente na defesa destes princípios para garantir sua aprovação na Constituinte. Vamos organizar uma ampla e massiva **Campanha em Defesa da Escola Pública e Gratuita!**

Forum da Educação na Constituinte:

ANDE - Associação Nacional de Educação; ANDES - Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior; ANPAE - Associação Nacional de Profissionais de Administração na Educação; ANPED - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação; CPB - Confederação de professores do Brasil; CEDES - Centro de Estudos Educação e Sociedade; CGT - Central Geral dos Trabalhadores; CUT - Central Única dos Trabalhadores; FASUBRA - Federação das Associações dos Servidores das Universidades Brasileiras; OAB - Ordem dos Advogados do Brasil; SBPC - Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência; SEAF - Sociedade de Estudos e Atividades Filosóficas; UBES - União Brasileira dos Estudantes Secundaristas; UNE - União Nacional dos Estudantes.

CALENDÁRIO DA CONSTITUINTE

O **Calendário da Constituinte** indica as próximas atividades em que estarão envolvidos os constituintes. Permite também que planejemos os eventos de nossa **CAMPANHA EM DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA E GRATUITA**. Verifique e, com seus colegas, prepare-se para entrar em ação!

09 a 30 de abril - Trabalhos da Subcomissão de Educação, Cultura e Esportes da Constituinte, onde serão ouvidas entidades e especialistas sobre a matéria.

01 a 05 de maio - Elaboração do anteprojeto da Subcomissão de Educação, Cultura e Esportes da Constituinte, pelo relator.

09 a 13 de maio - Discussão e votação do anteprojeto na Subcomissão de Educação, Cultura e Esportes.

16 a 30 de maio - Trabalhos da Comissão da Família, Educação, Cultura, Esportes da Ciência e Tecnologia e da Comunicação. Aqui o anteprojeto da Subcomissão é discutido e consolidado juntamente com os das outras três subcomissões: da Família, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação.

30 de maio a 02 de junho - Discussão e votação do anteprojeto da Comissão da Família, Educação e Esportes, Ciência e Tecnologia, e da Comunicação.

03 de junho a 05 de julho - Trabalhos da Comissão de Sistematização que, discutindo e compatibilizando, elabora o PROJETO DA CONSTITUIÇÃO.

No próximo Boletim Informativo detalharemos continuação do Calendário e as Atividades da **CAMPANHA EM DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA E GRATUITA**.

Trabalhadores Urbanos

PORTUÁRIOS VÃO PARAR 24 HORAS NO DIA 1 DE JUNHO

Os portuários marcaram greve nacional de 24 horas para o dia 1º de junho e poderão parar em todos os portos do País se a Portobrás não atender as reivindicações da campanha salarial da categoria lançada neste fim de semana. Os portuários querem cem por cento do Índice de Preços ao Consumidor (IPC) de maio, mais 15 por cento de produtividade, redução da jornada de trabalho diurna de 44 para 40 horas, na área operacional, para 33 horas na área administrativa, e para 36 horas na jornada noturna. Segundo o Presidente do Sindicato dos Portuários do Rio, Waldir Rocha, a campanha nacional dos portuários prevê um prazo até 30 de maio para as negociações entre uma comissão da categoria e a direção da Portobrás e, no caso de não chegarem a algum acordo, haverá a greve de advertência de 24 horas no dia 1º de junho. (O GLOBO - 28/4/87)

GREVE INTERROMPIDA: JÂNIO DEMITE 1.400

A greve parcial dos funcionários públicos do município de São Paulo será suspensa por sete dias a partir das 24h de hoje. A decisão foi tomada por aproximadamente 70% da assembléia que reuniu cerca de dois mil grevistas, em frente à Câmara Municipal. Vitória do prefeito Jânio Quadros: aproximadamente 1.400 grevistas foram demitidos e, para hoje, havia a promessa de o "Diário Oficial" do município publicar mais quatrocentas demissões. O comando geral da greve já havia decidido pela suspensão do movimento ontem à noite, porque os funcionários estavam voltando ao trabalho. A assembléia de ontem deliberou também que no dia 1º de maio, às 11h, na praça da Sé (centro), haverá o enterro simbólico de Jânio. No

dia 30 de abril, os funcionários públicos municipais voltam a se reunir em assembléia em lugar ainda não definido. A greve dos municipais começou no dia 8 de abril e foi até o dia 15, quando os grevistas voltaram ao trabalho e só cruzaram novamente os braços no dia 21, desta vez de forma parcial. De acordo com o comando de greve, somente os funcionários da área de saúde faltaram em massa ao trabalho. (FSP - 24/4/87)

FTESP E METALÚRGICOS ASSINAM ACORDO DE AUMENTO SALARIAL

Roberto Della Manna, coordenador do grupo 14 da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), assinou ontem acordo com os metalúrgicos do Sindicato de São Bernardo do Campo. O acordo sobre o aumento salarial (5% de aumento real e redução gradativa da jornada para 45 horas até junho de 1988) foi acertado há cerca de duas semanas. Esta é a primeira vez em três anos que o sindicato faz um acordo com a Fiesp, afirmou Jair Meneguelli, presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do sindicato. Para Meneguelli, o acordo, que para ele é razoável, demonstra o grau de maturidade dos metalúrgicos, que souberam prever que a greve poderia provocar demissão em massa, concretizando o "desemprego latente" da indústria. Meneguelli diz que se o atual nível de inflação persistir, haverá recessão e desemprego dentro de aproximadamente dois meses. (FSP - 24/4/87)

EMPREGADOS DA CSN ENCERRAM PARALISAÇÃO E VOLTAM AO TRABALHO

Depois de quase cem horas de greve, os 23 mil empregados da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), cinco mil da subsidiária - Fábrica de Estruturas Metálicas (FEM) - e oito mil das firmas empreiteiras, prestadoras de serviço à CSN, retornaram ao trabalho ontem, às 16h. O Presi-

dente do Sindicato dos Metalúrgicos, José Juarez Antunes, Deputado Federal do PDT, desde o dia anterior já admitia que era hora de parar para não colocar em risco as poucas vantagens econômicas conseguidas nas negociações. Amanhã a greve poderia ser julgada ilegal e o Presidente do Sindicato culpou a organização "Oposição Sindical" de esvaziar o movimento, durante uma assembléia, na madrugada de ontem, no interior da usina. com a inflação de abril, estimada em torno de 16 por cento, e mais 10 por cento concedidos pela CSN, um trabalhador que recebe Cz\$ 5 mil, passará a ganhar Cz\$ 6.850 a partir de maio, representando um aumento de 35,5 por cento. Já o trabalhador admitido depois de 1983, que não tinha os mesmos direitos dos mais antigos, por causa do pacote econômico do Governo, e na época ganhava os mesmos Cz\$ 5 mil, passará a receber Cz\$ 7.871, representando um aumento de 57,4 por cento. Os trabalhadores admitidos após o pacote econômico passaram a ter direito ao dividendo dos lucros anuais (prêmio girafa) e o abono de férias, divididos em 12 parcelas e somados ao salário. Os trabalhadores em regime de turno tiveram ainda um aumento de 5,2 por cento; os guardas de segurança 10 por cento por risco de vida e mais 10 por cento sobre as horas noturnas e bonificação de 52 por cento geral nas férias. O adicional de hora noturna passou de 20 para 40 por cento. (O GLOBO - 27/4/87)

TERMINA A GREVE DOS PROFESSORES NO RJ

Os 20 mil professores das escolas particulares de 1º e 2º graus do Rio voltam hoje ao trabalho, dispostos apenas a uma reposição pedagógica dos dias em que seus 500 mil alunos ficaram sem aulas. A paralisação resultou em ganhos de até 108% para cerca de 12 mil professoras primárias, que passam, agora, a receber um piso salarial de Cz\$ 3 mil 600. Os professores que ganhavam acima do piso tiveram reajuste

de 52,25% e começam hoje a discutir com os donos dos 1 mil 250 colégios do Rio um índice adicional e, no dia 9 de maio, se reúnem em assembléia que poderá apontar para uma nova greve, caso as partes não cheguem a um acordo. Os 4 mil professores das faculdades particulares, continuam a greve iniciada há 20 dias. No acordo assinado com os donos dos colégios, os professores asseguraram e não punição pelos dias parados, que não serão descontados. Estabeleceram também uma reposição "de natureza pedagógica" das aulas, uma vez que consideram que a compensação dos 11 ou 13 dias sem aulas (para escolas com aulas aos sábados) com dias de aulas extras descharacterizaria o movimento. (JB - 27/4/87)

GREVISTAS GAÚCHOS OBRIGAM ASSEMBLÉIA A SUSPENER SESSÃO

A Assembléia gaúcha viveu, ontem à tarde, seguramente, uma das mais tumultuadas sessões de sua história, interrompida quatro vezes em função das vaías e gritaria nas galerias, lotadas por funcionários públicos em greve. Até manifestantes fantasiados de marajás e de fantasmas circularam pelo plenário, numa alusão aos funcionários que recebem salários nababescos - em torno de Cz\$ 125 mil - e aos que constam em folha, mas não comparecem às repartições. Professores, servidores do Executivo e da própria Assembléia levantaram-se e puseram-se de costas quando o vice-líder da bancada do PMDB, deputado Gilberto Mussi, subiu à tribuna a fim de pedir tempo para que o governador Pedro Simon, de seu partido, organize as finanças do estado. (JB - 24/4/87)

COMANDO NACIONAL DOS BANCÁRIOS DECIDE SÓ CONVOCAR GREVE EM MAIO

Está afastada a possibilidade de greve nacional dos bancos particulares neste fim do mês de abril. Paralisação agora, só partindo de movimentos estaduais. Ontem, em reunião no Rio de Janeiro, o Comando Nacional dos Bancários, formado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores das Empresas de Crédito (Contec), 10 Federa-

ções de Bancários, Sindicatos dos Bancários de todas as capitais e um Sindicato representando os bancários do interior, definiu o dia 26 de maio como data indicativa para a greve nacional. A paralisação de maio é uma retomada da mobilização de março, já que os bancários particulares não conseguiram os reajustes obtidos pelos funcionários do Banco do Brasil e de outros bancos estatais. Constam da pauta de reivindicações o reajuste salarial de 100 por cento, independente do gatilho, a estabilidade de emprego e o não desconto dos dias parados em virtude da última greve. (O GLOBO - 26/4/87)

Igrejas

D. IVO ABRE A ASSEMBLÉIA PEDINDO UNIAO DA IGREJA CATÓLICA

O presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), d. Ivo Lorscheiter, fez ontem um apelo à unidade da Igreja católica no país, para enfrentar o desafio da evangelização e as inquietações e perplexidades da população brasileira. Ao apresentar sua mensagem, às 8h30, na capela do convento de Itaiçi (município de Indaiatuba, 99 km a nordeste de São Paulo), durante a celebração de abertura da 25ª Assembléia Geral da conferência episcopal, d. Ivo citou a carta que João Paulo 2º enviou à CNBB, em abril do ano passado, dizendo que os bispos devem ser sinal e princípio visível de comunhão e unidade diante de fermentos e perigos de rupturas e dilacerações. Do total de 378 cardeais, arcebispos e bispos brasileiros, 189 estão na assembléia de Itaiçi. Além destes, participam dos trabalhos trinta assessores, 24 representantes de organismos pastorais, catorze subsecretários regionais, catorze membros da Comissão Nacional do Clero e setenta convidados especiais, entre os quais representantes das igrejas presbiteriana, luterana, episcopal e metodista. O tema central da assembléia é a avaliação global da cami-

nhada da Igreja Católica no Brasil, no último quadriênio, e a definição de diretrizes pastorais até 1991. Os bispos também vão avaliar os trabalhos do Congresso constituinte, a preparação do sínodo dos bispos sobre os leigos (em outubro, no Vaticano), o agravamento da crise do ensino no católico no país e a expansão de novos movimentos religiosos nos meios populares brasileiros. (FSP - 23/4/87)

BISPOS MUDAM IDÉIA INICIAL E FARAO DOCUMENTO POLÍTICO

Na primeira plenária da 25ª Assembléia Geral da CNBB, que se realiza no distrito de Itaiçi, São Paulo, os 258 bispos agora presentes resolveram que já no feriado de 1º de maio estarão divulgando um documento oficial da entidade sobre a situação política, econômica e social do país neste momento, reivindicando do governo um programa econômico sério e exequível, voltado para o atendimento das exigências populares. A mudança na programação da assembléia geral, que em princípio só analisaria internamente a situação do Brasil, sem divulgar um documento oficial do episcopado, deveu-se a uma sugestão inicial do arcebispo de Londrina, Dom Geraldo Majela, seguida de firme intervenção do bispo-auxiliar do Rio de Janeiro, Dom Afonso Gregory, que pediu que a assembléia se manifestasse "de maneira clara, porque a situação social do país é grave e se não forem tomadas medidas urgentes (...) voltaremos a provar o gosto amargo do desemprego, da fome e das mortes prematuras". (JB - 23/4/87)

D. LUCIANO ELETTO PRESIDENTE DA CNBB

O bispo-auxiliar de São Paulo, d. Luciano Pedro Mendes de Almeida, foi eleito ontem o novo presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), sucedendo a d. Ivo Lorscheiter, que esteve no posto durante oito anos. Ele recebeu, em segundo escrutínio, 196 votos dos 258 bispos

votantes que participam - no convento jesuíta de Itaici, município de Indaiatuba (99 km a noroeste de São Paulo) -, da 25ª Assembléia Geral da CNBB, tornando-se o 1º bispo-auxiliar eleito para a presidência de uma conferência episcopal no mundo católico. A noite, os bispos votaram para escolher os novos vice-presidente e secretário-geral da CNBB, mas o resultado só será divulgado hoje. Os nomes mais cotados são os de d. Paulo Ponte para a vice-presidência, e o de d. Celso Queiroz para a secretaria geral. Em entrevista coletiva às 16h, em Itaici, logo após ser eleito, d. Luciano disse que a CNBB continuará atuando com base na linha da "evangelização libertadora", cujos fundamentos foram definidos pelos bispos da América Latina na assembléia que realizaram em 1979 na cidade mexicana de Puebla. D. Luciano afirmou que "cabe à Igreja anunciar a verdade sobre Jesus Cristo e sobre o homem". Destacou que a CNBB aprofundará seu apoio à reforma agrária e do solo urbano, aos programas de atendimento ao menor, à educação básica e à moradia para os sem-casa. (FSP - 28/4/87)

CIMI ATACA CONDUÇÃO DA QUESTÃO INDÍGENA

O bispo do Xingu (PA) e presidente do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), d. Erwin Krautlewr, disse ontem, às 14h30, em entrevista coletiva em Itaici, onde se realiza desde anteontem a 25ª Assembléia da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que "a questão indígena no Brasil foi militarizada e colocada sob controle do Conselho de Segurança Nacional, que definiu o projeto Calha Norte como o paradigma para a política oficial com relação aos índios. Este projeto, aprovado em 1985 e cuja implantação está sendo iniciada este ano, prevê a ampliação da presença militar e econômica do governo federal na desembocadura (calha) norte dos rios Amazonas e Solimões. (FSP - 24/4/87)

Índios

EX-ADMINISTRADOR DA PM CHEFIA A FUNAI

O ex-comandante da Polícia Militar de Mato Grosso do Sul, coronel da reserva Oriovaldo Cardoso, assumiu ontem a Administração Regional da Funai, em solenidade que contou com a presença de diversas autoridades estaduais e municipais. (CORREIO DO ESTADO/MS - 1/4/87)

FUNAI JÁ TEM NOVO SUPERINTENDENTE

"Um reconhecimento da presidência da Funai à equipe e ao trabalho desenvolvido pela 6ª Superintendência Executiva Regional da Funai". Com estas palavras o superintendente geral da Funai, Marcelo Coutelo Chagas, definiu a escolha do administrador regional de Araguaína, Nivon de Carvalho e Silva, para ocupar o cargo de Superintendente Executivo Regional do órgão em Goiânia, vago com a saída de Amauri Rodrigues. Nivon de Carvalho tem agora sob sua responsabilidade as Administrações de Araguaína, Araguaia e Gurupi e 23 Postos Indígenas, num total de quase cinco mil índios das tribos Karajá, Xerente, Krahô e Apinajé. (O POPULAR/GO - 4/4/87)

AMARAL APÓIA OS ÍNDIOS CONTRA TREM

O Vice-Governador fluminense e Secretário de Promoção Social, Francisco Amaral, enviou telegrama ao Ministro dos Transportes, José Reinaldo Tavares, hipotecando sua solidariedade pessoal à reivindicação feita pelos índios Krahos, que querem desviar o traçado de uma ferrovia projetada para passar por suas terras, no norte de Goiás. Os Krahos, segundo depoimento do cacique Aleixo Pó-Hi, chefe da delegação que visitou Francisco Amaral na terça-feira, temem incidentes. (O GLOBO/RJ - 10/4/87)

NASCE MAIS UM AVÁ-CANOEIRO

No dia 19 de fevereiro deste ano, no posto da Funai no Córrego dos Macacos, afluente da margem esquerda do Maranhão-Tocantins, município de Minaçu, nascia às 15 horas o primeiro filho de Avá-Canoeiros em contato com os Mai (branco). Arrancado abruptamente do seio familiar foi trazido para Goiânia, juntamente com seus pais Iawi e Thuya. Na permanência sistemática com a falta de infra-estrutura, na Casa do Índio, ele contraiu juntamente com os seus pneumonia e outras infecções que, aliados ao seu estado prematuro, lançaram-no ao leito hospitalar. (O POPULAR/GO - 5/4/87)

GUARANIS QUEREM O ALDEAMENTO DA RIO SILVEIRAS HOMOLOGADO

Os caciques guaranis estarão reunidos neste final de semana na aldeia Rio Silveiras, no sertão de Barra do Una, na costa Sul de São Sebastião, para decidir as medidas que serão tomadas para que o governo inclua, entre as homologações dos vários aldeamentos no Estado de São Paulo, também a Rio Silveiras. É nessa região de 390 alqueires reivindicada pelos índios da Rio Silveiras que as comunidades guaranis conseguem material para seu artesanato e realizam a colheita de mandioca, milho e feijão. Por isso, o chefe da nação guarani no Estado de São Paulo, José Fernandes, afirma que essa área "é muito importante. Nossos direitos não podem ser reconhecidos só pela metade". Durante o governo Montoro, como resultado de pressões dos índios e de entidades indigenistas como a Comissão Pró-Índio e o Centro de Trabalho Indigenista, foi firmado um convênio entre a Funai e a Sudelpa para a demarcação dessas áreas. Em abril do ano passado o governador anunciou a homologação dos aldeamentos, exceto o de M'Boi Mirim, cuja área era reivindicada pela Cúria de São Paulo. O Grupo de Trabalho Interministerial - constituído por Romero

Jucá Filho, da Funai; Renato D'Almeida Leoni, do Ministério do Interior; André Villas Lisboa, do Ministério da Reforma Agrária; e pelo coronel Antônio Carlos Carneiro da Silva, do Conselho de Segurança Nacional - considerou as áreas guaranis de São Paulo, especialmente a do Rio Silveiras (reivindicada por grupos em presariais paulistas), de "ocupação imemorial indígena". Apesar das conclusões do Grupo de Trabalho Interministerial e da liminar judicial concedida aos indígenas, o território do Rio Silveiras foi invadido no último carnaval por pessoas ligadas ao Grupo Peraltá, comerciantes da Baixada Santista que reivindicam a área. Segundo processo que corre na Justiça, mais de 30 lotes foram demarcados dentro da área dos índios e muitos chegaram a ser vendidos a militares. O próprio ministro Costa Couto e o presidente da Funai confirmaram ter recebido o comerciante Armando Peralta logo após a definição do Grupo Interministerial. O procurador-geral da República, Sepúlveda Pertence, entretanto, afirmou que "a simples existência de uma ação judicial que torne a área sub judice não implica a paralisação do decreto de homologação de uma área indígena. Se assim fosse, levada a extremo, esta medida faria com que toda a administração ficasse parada por conta de uma ação judicial". (ESP - 19/4/87)

INGLESES VAO FILMAR COMUNIDADE KAYAPO

O presidente da Fundação Nacional do Índio - Funai -, Romero Jucá Filho, autorizou a celebração de um convênio entre o Museu do Índio, com sede no Rio de Janeiro, a Granada Televisión Limited, de Manchester, Inglaterra, e as comunidades indígenas Kayapo (Kapot e Gorotire), do Parque Indígena do Xingu e reserva indígena na Gorotire, para a realização de um vídeo documentário intitulado "Kayapo". Romero Jucá Filho observou que a iniciativa atende à necessidade de garantir os interesses e preservar a imagem das sociedades indígenas brasileiras e dos integran-

tes destas comunidades, e ainda, a responsabilidade do Museu do Índio em divulgar, da forma adequada, a cultura indígena. Pelo convênio assinado, a Granada Television Limited fornecerá um copião do filme realizado ao Museu do Índio, que terá o direito da contratipagem de edição na versão brasileira. Também será entregue ao Museu do Índio cópia e contratipo do programa da TV, com reserva de mercado da distribuição do filme para a América do Sul, excluindo-se as Ilhas Malvinas. Os recursos obtidos pelo Museu do Índio com a comercialização da película, se destinam exclusivamente às comunidades indígenas objeto do documentário. (CORREIO DO BRASIL/DF - 14/4/87)

TENSÃO NO MATO GROSSO

Enquanto o problema das 126 famílias que invadiram a área indígena Zoró, localizada no município de Aripuanã no extremo No- roeste de Mato Grosso, aguarda a vagarosa marcha das providências do Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário (Mirad), a Vila Paraíso da Serra continua im- ponente com suas duas serrarias em funcio- namento e mais de 30 casas plantadas no meio da floresta. Em uma área que abriga mais de 1.500 índios de vários grupos - inclusive alguns sem contato com a civili- zação - o surgimento de posseiros está criando zona de conflito altamente explo- siva. Atualmente uma missão da Funai e da Polícia Federal - composta por quatro a- gentes da PF, um delegado de Cuiabá e dois técnicos da Funai - que se encarrega de tentar interferir na tensão da região concluiu que, sozinha, não dá conta do serviço. A própria Funai faz o alerta e o ex-superintendente da executiva regional do órgão em Cuiabá, Cantídio Guerreiro Guimarães, acredita que a presença da Po- lícia Federal é fundamental para que a região não se torne mais um foco de vio- lência por questões fundiárias. Na semana passada atritos entre índios Cinta Larga e três pessoas que faziam demarcações de

terra dentro da área indígena Zoró, próxi- mo ao posto Capitão Cardoso, terminou em morte. Não se sabe de onde eram os demar- cadores e nem como foram parar dentro da área indígena, mas três corpos foram en- contrados às margens do rio Quatorze de Abril. O terceiro corpo foi encontrado apenas no último sábado. A alta incidên- cia de conflitos no Parque Aripuanã é ex- plicada por Cantídio como consequência da riqueza da região tanto em minérios como em vegetação e madeira. Sendo que a dife- rença da utilização da terra pelos explo- radores de madeira e pelos indígenas é grande. "Se o governo não levar a sério a demarcação das terras indígenas, logo te- remos graves problemas ecológicos", diz ele. Se antes de haver qualquer delimita- ção da área pertencente aos índios os con- flitos aconteciam, agora que o governo a legitimou parece que a situação piorou. Desde o último dia 11 de março, com a as- sinatura do Decreto nº 94.088 pelo presi- dente José Sarney, os Zoró possuem legal- mente 431.700 hectares de terra que com- põem o Parque Aripuanã. Como na área já existiam 126 famílias, que não são migran- tes e nem trabalhadores sem terra - garan- te a Funai - elas terão suas benfeitorias indenizadas pelo Governo Federal e serão reassentadas em outra área pelo Mirad. (CORREIO BRAZILIENSE/DF - 14/4/87)

FUNAI E GETAT AINDA SEM A SOLUÇÃO PARA ÍNDIOS GAVIAO

O Getat, a Funai e a Companhia Vale do Rio Doce estão tentando encontrar uma so- lução para o problema da invasão da reser- va indígena dos Gavião no Pará, e assim impedir um novo conflito na área. A ques- tão já estava praticamente resolvida, quando o Supremo Tribunal Federal suspen- deu a desapropriação do Castanhal Araras, para onde o Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins remanejaria os colo- nos. Eles não aceitaram a nova área ofere- cida porque ela fica muito longe do local onde estão instalados, a 30 km de Marabá,

e não tem infra-estrutura. Outra alternativa de solução imediata seria a negociação com o proprietário do imóvel desapropriado, ato do presidente da República que o STF suspendeu por considerar a propriedade produtiva. Mas o preço cobrado para uma transação direta foi considerado muito alto: Cz\$ 50 milhões por menos de sete mil hectares. Hoje o procurador dos proprietários estará em Brasília para conversar com o secretário-geral do Mirad, Guilherme Miller, sobre uma nova proposta. Ele estaria propenso a aceitar uma redução. Mas uma proposta terá de ser apresentada logo porque os índios, irritados com tanta demora, ameaçam bloquear de novo a ferrovia de Carajás, interromper a BR-222 ou danificar a linha de transmissão de energia de Tucuruí. Os colonos também não vão esperar muito tempo: eles vão começar a "broca" em maio. Se até lá não houver uma solução, o choque entre índios e colonos será inevitável. (ESP - 14/4/87)

FUNAI É ACUSADA DE ABANDONAR XAVANTES

O médico Hugo Frota Filho, que há anos vem dando assistência social a uma tribo de Xavantes em Pimentel Barbosa, no Mato Grosso, acusou a Superintendência da Funai de Cuiabá de se omitir nas questões que afligem aquela comunidade indígena. "A Funai não quer resolver os problemas de saúde, alimentação, escola e outros itens fundamentais à sobrevivência dos Xavantes", afirmou. Hugo Frota veio à Redação em companhia do Xavante Cipassé, que é estudante em Goiânia juntamente com o seu colega Jurandir, explicar que os índios estão passando todos os tipos de necessidades, que a aldeia está abandonada e que a Funai nada tem feito para corrigir essa situação. "Estamos fazendo essa denúncia porque sentimos que na aldeia não há medicamentos, não há escolas, falta assistência agropecuária, há alta incidência de pneumonia, piodermite, tuberculose, pênfigo e outras doenças, e os índios não têm capacidade de reivindicar,

estão sem meios para conseguir lideranças que façam ser escutados pelas autoridades". Ainda segundo o médico, a Funai tem uma estrutura viciada e só leva a corrupção e a má orientação aos índios. (O POPULAR/GO - 5/4/87)

DECRETOS HOMOLOGAM 6 ÁREAS GUARANI DE SÃO PAULO

O Presidente da República, José Sarney, assinou Decreto nº 94.220 de 14/04/87, de clarando de ocupação dos índios Guarani e homologa a demarcação administrativa da Área Indígena Boa Vista do Sertão do Promirim, no município de Ubatuba (SP). A demarcação da área foi realizada de acordo com o Convênio firmado entre a Funai e a SUDELPA, e homologada pelo Governo do Estado de São Paulo, conforme despacho publicado no Diário Oficial do Estado a 19/4/86. (Diário Oficial - 15/4/87)

O Presidente da República, José Sarney, assinou Decreto nº 94.221 de 14/04/87, de clarando de ocupação dos índios Guarani e homologa a demarcação administrativa da Área Indígena Jaraguá, no Município de São Paulo (SP). A demarcação da área foi realizada de acordo com o Convênio firmado entre a Funai e a SUDELPA, e homologada pelo Governo do Estado de São Paulo conforme despacho publicado no Diário Oficial do Estado em 06/9/86. (Diário Oficial - 15/4/87)

O Presidente da República, José Sarney, assinou Decreto nº 94.222 de 14/04/87, de clarando de ocupação dos índios Guarani e homologa a demarcação administrativa da Área Indígena Krukútu, no Município de São Paulo (SP). A demarcação da área foi realizada de acordo com o Convênio firmado entre a Funai e a SUDELPA, e homologada pelo Governo do Estado de São Paulo, conforme despacho publicado no Diário Oficial do Estado em 20/4/85. (Diário Oficial - 15/4/87)

O Presidente da República, José Sarney, assinou Decreto nº 94.223 de 14/04/87, de clarando de ocupação dos índios Guarani e homologa a demarcação administrativa da Área Indígena Barragem, no Município de São Paulo (SP). A demarcação da área foi realizada de acordo com o convênio firmado entre a Funai e a SUDELPA, e homologada pelo Governo do Estado de São Paulo, conforme despacho assinado em 19/04/85. (Diário Oficial - 15/4/87)

O Presidente da República, José Sarney, assinou Decreto nº 94.224 de 14/04/87, de clarando de ocupação dos índios Guarani e homologa a demarcação administrativa da Área Indígena Rio Branco, no Município de Itanhaém (SP). A demarcação da área foi realizada de acordo com o Convênio firmado entre a Funai e a SUDELPA, e homologada pelo Governo do Estado de São Paulo, conforme despacho publicado no Diário Oficial do Estado em 20/4/85. (Diário Oficial - 15/4/87)

O Presidente da República, José Sarney, assinou Decreto nº 94.225 de 14/04/87, de clarando de ocupação dos índios Guarani e homologa a demarcação administrativa da Área Indígena Itariri (Serra do Itatins) no Município de Itariri (SP). A demarcação da área foi realizada de acordo com o Convênio firmado entre a Funai e a SUDELPA, e homologada pelo Governo do Estado de São Paulo, conforme despacho assinado em 19/4/85. (Diário Oficial - 15/4/87)

TERRA DE XACRIABÁS DEMARCADA EM 1979 DEPENDE DE DECRETO

Demarcada em 1979, com 46 mil 414 hectares, a reserva dos 4 mil 300 índios xacriabás, em Itacarambi, no Norte de Minas, será agora homologada, através de decreto do presidente José Sarney, atendendo a decisão unânime do grupo formado pela Funai, Incra, Ministério da Reforma Agrária e Conselho de Segurança Nacional,

que cuida da demarcação das terras indígenas. A tensão na reserva culminou com a morte, em fevereiro, do cacique Rosalino de Oliveira e outros dois índios, pelo fazendeiro Francisco de Assis Amaro, que está preso, acusado de genocídio. A informação foi dada ontem, nesta capital, pelo delegado da Funai, Lúcio Flavio Coelho. Ele disse que dentro de 20 dias será iniciada a avaliação, para fins de indenização, das benfeitorias existentes nos 1 mil 200 hectares grilados na área pelo em presário rural Paulo Roque e nos 400 hectares invadidos pelo pecuarista Manoel La cerda. Das cerca de 100 famílias de posseiros retiradas da reserva, ainda restam algumas para receberem suas indenizações, disse Lúcio Flavio. O representante do Cimi - Conselho Indigenista Missionário, em Minas, Fábio Alves dos Santos, se disse ainda cético quanto à homologação das terras: "A homologação deveria ter sido um processo automático, em 1979, por isto continuo pessimista em relação às providências do governo. Basta ver que os fazendeiros grileiros ainda estão lá e os posseiros pobres é que foram retirados. Deveria ter havido ação simultânea", disse. (JB - 24/4/87)

Trabalhadores Rurais

TRABALHADORES PARAM USINAS AÇUCAREIRAS

Os trabalhadores das usinas de açúcar da região de Campos entraram em greve a partir de zero hora e, à tarde, informaram ter paralisado completamente metade das usinas e parcialmente mais duas. Os trabalhadores, filiados ao Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Açúcar de Campos (STIAC), reivindicam piso salarial de Cz\$ 3 mil. A oferta dos patrões até a assembleia que decretou a greve na manhã de segunda-feira era piso de Cz\$ 2.052,00. Na terça-feira, segundo informações do STIAC, os usineiros elevaram a proposta para Cz\$ 2.300,00, mas os trabalhadores não aceitaram. "Essa luta está

só em torno de Cz\$ 700,00", enfatiza o presidente do STIAC, Jaudenes Batista. A greve é total na Usina de Santa Cruz, uma das mais próximas da cidade de Campos, onde até mesmo os trabalhadores na lavoura pararam. Também a Usina Outeiro, de propriedade do presidente do sindicato dos usineiros, Antonio Evaldo Inojosa de Andrade, está, segundo informações do STIAC, completamente paralisada. Outras seis usinas pararam completamente, inclusive Quissama e Carapebus, no município de Macaé. (JB - 23/4/87)

TRABALHADORES EM USINAS DECIDEM MANTER A GREVE

Os trabalhadores na indústria do açúcar e álcool de Campos, decidiram ontem, em assembléia, manter, por tempo indetermina-

do, o movimento grevista, iniciado na quarta-feira, até que os usineiros resolvam dialogar com a classe. Eles reivindicam piso salarial de Cz\$ 3 mil, mas os patrões só concordam em pagar Cz\$ 2.300,00. Os usineiros haviam marcado reunião ontem à tarde, mas acabou sendo cancelada. O advogado José Schechter, da comissão nomeada pela classe patronal para negociar o aumento com os empregados, disse que as usinas não podem pagar, além do que está sendo oferecido. Os trabalhadores estão pedindo o equivalente a um aumento de 180 por cento, enquanto o açúcar neste período teve reajuste de 73 por cento. O Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Açúcar, Jaudenes Carvalho, disse que o movimento conta com 90% de adesão nas 16 usinas da Região Norte do Estado do Rio. (O GLOBO - 24/4/87)

VIOLENCIA NO SUL DO PARÁ

Invasão de casas, seqüestros, torturas, prisões ilegais, abuso do poder judiciário e assassinato. Essa é a realidade que vivem as famílias de vários camponeses em Redenção, Sul do Pará; esses são os métodos usados pela polícia do Pará e de Goiás para desvendar a morte do fazendeiro Tarley de Andrade, filho de Jairo Andrade, tesoureiro nacional da U.D.R. (União Democrática Ruralista), assassinado dia 19 de dezembro de 1986.

Como no tempo da ditadura, a polícia continua a ser o braço armado do latifúndio - denuncia o padre Ricardo Rezende, coordenador da C.P.T. (Comissão Pastoral da Terra) na região do Araguaia-Tocantins.

Tarley de Andrade morreu num contexto de luta pela terra numa região onde predominam o latifúndio, o trabalho escravo e a morte cotidiana de centenas de posseiros e peões.

O aparelho repressivo do Estado, os poderes policial e judiciário são absolutamente omissos nos seus papéis de garantir e aplicar a lei penal, quando as vítimas dos crimes de homicídios são camponeses. Esses delitos permanecem inapurados, sem merecer, no mais das vezes, sequer o registro nos livros de ocorrências das delegacias policiais.

"Desta vez quem morreu foi um fazendeiro, era preciso, pois, reprimir com eficiência, espancar e seqüestrar os posseiros da fazenda Agropecus, desarticulando-os nas suas unidades produtivas e exemplando tantos quantos ousem enfrentar, na defesa de suas vidas, os dismandos dos proprietários da região. A polícia agiu com excesso de meios, excepcionais na região, carros em quantidade, homens e até aviões. Toda essa estrutura voltou-se para invadir domicílios, seqüestrar e torturar os lavradores da Agropecus, forjar versões fantásticas na avidez de apontar culpados, justificar os vultuosos recursos despendidos e encobrir a incompetência técnica de apurar a verdade processual, já que não conseguiu ouvir - e o fez sob coação - mais que sete dos mais de 60 que dispararam no confronto" - declarou José Machado, advogado da C.P.T. que defende os sete posseiros presos em Santana do Araguaia e que, junto com os presos e demais camponeses da fazenda Agropecus, está ameaçado de morte.

Antônio Bispo dos Santos, posseiro da Agropecus, é assassinado no dia 25 de fevereiro de 1987, às 10 horas da manhã, na estrada Conceição-Redenção pelo pistoleiro Tota, irmão de João Batista Gonçalves, que morreu junto com o fazendeiro Tarley de Andra de durante o tiroteio na Agropecus. Tota jurou justiciar todos os lavradores daquela área, o advogado J.J. Machado e o padre Aristides Camioui. Segundo lavradores de Redenção, se os posseiros forem postos em liberdade serão assassinados junto com o advogado na porta da delegacia de Santana do Araguaia.

"Meu marido levou quase 11 horas de choque elétrico. Encheram a cela de água, colocaram uma coleira de metal enrolada em pano molhado para não ficar marca no pescoço dele, presa a um fio ligado a uma máquina de manivela. Errol sofreu o que poucos homens sofreram. Assim qualquer um confessa o que não fez. Meu Deus, esse depoimento não pode valer" desabafou Dalva Alves Cardoso Barbosa, 27 anos, mãe de 3 filhos pequenos e casada com Errol-Flyn (o pai queria dar ao filho o nome de um cantor famoso), um dos 7 lavradores presos.

As demais esposas tem um relato muito parecido. Os maridos foram arrancados de suas casas, na frente dos filhos, e começaram a ser torturados ali mesmo por vários policiais armados.

Não só o poder policial, mas o poder judiciário, o ministério público sofrem gravíssimas acusações; não só foram omissos como o próprio promotor participou do interrogatório dos presos e, o que é pior, encobriu seqüestros e prisões ilegais como denuncia o advogado da C.P.T. - "Os indiciados estavam presos ilegalmente e assim permaneceram por mais sete dias após o interrogatório do qual participou o promotor. A presença do Ministério Público só se justificava para colocar os presos imediatamente em liberdade e prender em flagrante o delegado do DOPS e seus agentes. Agindo como agiu o Ministério Público, na pessoa do Drº Sérgio Tibúcio, foi omissos e conivente com a violência da prisão arbitrária".

João Roberto Ripper/F4
27/04/87

Habitação

ADVOGADOS DOS SEM-TERRA PROPOEM DESOBEDIÊNCIA CIVIL

Advogados do Movimento dos Sem-Terra da região de São Miguel, ligado à Igreja Católica, reuniram-se ontem, por volta das 11h, na igreja velha de São Miguel, em São Miguel Paulista, zona leste de São Paulo, com coordenadores de áreas invadidas e com o padre Antônio Luiz Marchioni, conhecido como padre Ticão, um dos líderes do Movimento dos Sem-Terra. Eles sugeriram a prática da não-violência e da desobediência civil como forma de resistência pacífica à ação da Polícia Militar na desocupação de terras. Na pauta da reunião estava a discussão das estratégias jurídicas que o movimento deve utilizar

daqui por diante. Mas, segundo os advogados, a ação jurídica posterior à ação policial é insuficiente, porque se limita a tirar as pessoas da cadeia, como ocorreu no episódio de quinta-feira. De acordo com os advogados, os invasores devem ser orientados previamente no sentido de não reagir com pedras contra a polícia, limitando-se a permanecer no terreno invadido, pois isso facilitaria a ação dos advogados. O objetivo é evitar a acusação de agressão dos invasores contra os policiais militares. Coordenadores de áreas invadidas discutiram a proposta e a viabilidade de orientar a população dos terrenos neste sentido. (FSP - 26/4/87)
